c/ devidos abat
8.07.2014 CPFNT
P.S. pr
[illegible]

--- ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA DO DIA 13 DE MAIO DE 2014

--- LOCAL DA REUNIÃO – Salão Nobre da Junta de Freguesia de Aveiras de Cima.----------

--- A reunião teve início às dezassete horas e estiveram presentes, pelo Grupo do PS, o Sr. Presidente Luís Manuel Abreu de Sousa e os Srs. Vereadores Silvino José da Silva Lúcio e António Amaral; pela CPFNT as Sras. Vereadoras Maria João Canilho e Isabel Franco Corrêa; pelo Grupo da CDU, o Sr. Vereador David Mendes; e o Sr. Vereador Herculano Valada Martins.--- Secretariou a reunião a Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Irene Lameiro.----------

---------- ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

--- INTERVENÇÕES DO PÚBLICO ----------

--- O Senhor Presidente deu início à Reunião cumprimentou o público presente, deu as boas vindas à Sra. Vereadora Isabel Franco que pela primeira vez neste mandato estava presente numa Reunião em substituição do Senhor Vereador António Jorge Lopes que por motivos profissionais não pudera comparecer, agradeceu ao Senhor Presidente da Junta de Aveiras de Cima a cedência do espaço e nos termos regimentais indagou se alguém do público queria intervir.----------

--- Interveio o Sr. Linguber Lérias para perguntar ao Senhor Presidente se na Câmara de Azambuja existia Gabinete de Proteção Civil, ao que este respondeu que sim que existia um Gabinete de Proteção Civil Municipal a que estava afeto um Gabinete Florestal; continuando o Senhor Lérias disse morar na Rua da Fonte e que desde o lavadouro até à sua residência a Rua se encontrava transformada numa ilha deserta dado o mau estado das matas circundantes, disse que já em 2012 fora solicitada a limpeza do espaço, fora instaurado o devido processo mas o dono dos terrenos nunca procedera à limpeza tendo inclusivamente ameaçado os vizinhos por terem denunciado a situação, pelo que solicitou a intervenção da Proteção Civil.----------

--- Em resposta o Sr. Presidente disse que era competência da Câmara mandar os proprietários proceder à limpeza dos terrenos mas que a partir de um certo patamar era impotente para agir, que a Lei não era muito específica e não se entendia bem de quem era a responsabilidade de elaborar as contraordenações a quem não acatasse a ordem se à Câmara se ao SEPNA , mas que iria mandar ver o terreno em questão. ----------

--- Interveio o Senhor Daniel Claro que parabenteou o Sr. Presidente da Junta de Aveiras de Cima pelas instalações do seu Salão Nobre dizendo que seria um local ideal para a realização da Assembleia Municipal, e que de acordo com o que lhe tinha sido dito na reunião anterior solicitou a informação pretendida, a que os Sr. Presidente disse estar a elaborar um Dossier acerca das águas onde estavam incluídas as questões levantadas pelo Sr. Daniel Claro e que no dia seguinte estaria em condições de lhe facultar as respostas, reiterou o que sempre dissera que queria clarificar este processo, e disponibilizar a melhor informação possível ; retomando a palavra o Senhor Daniel Claro disse que neste momento a ideia que passava era que a Câmara ou os serviços responsáveis tinham sido negligentes no desenrolar do processo solicitou mais uma vez que lhe fosse facultado o nome de quem assinou o documento que autorizara a alteração da faturação água ao mês para faturação ao dia e reiterou o que anteriormente dissera que não encontrara qualquer ata que espelhasse esta mudança, o que o levara a pressupor que teria sido por Despacho, disse ainda que não percebia que em duas semanas o Presidente não conseguisse dizer-lhe o nome de quem assinara o documento.

--- Em resposta o Senhor Presidente disse que no Dossier que lhe facultaria estava toda a informação pretendida. Disse ainda que convidara para presidir a comissão de Acompanhamento o Professor Rui Cunha Marques e que este tinha aceitado e que convidara também um advogado, faltando as Adaz nomearem o seu representante, ao que o Sr. Daniel Claro disse duvidar da competência do Professor Cunha Marques, não dos seus conhecimentos técnicos, mas sim ao serviço de quem ele facultaria esses conhecimentos, disse que quanto ao advogado a Câmara nomearia quem entendesse, mas que achava estranho que da Comissão não fizesse parte um elemento do concelho, a que o Presidente respondeu que já fora eleita uma comissão constituída por cidadãos. ----------

---Interveio o Sr. Manuel Couceiro que corroborou a questão colocada pelo Sr. Daniel Claro perguntando, se durante quinze dias não se conseguira encontrar o nome de quem assinara o ofício pelo que perguntou se o executivo estaria a esconder algo, a que o Sr. Presidente respondeu que no Dossier de que falara estavam como já dissera as respostas solicitadas. ----------

---- Interveio o Senhor João Santos que perguntou se a Câmara poderia atribuir um patrono à Escola E.B.2.3. de Aveiras de Cima por ser uma das poucas do concelho que não tinha o nome de um patrono, e

sugeriu D. Sancho I por ser o fundador de Aveiras de Cima, a que o Presidente disse ter tomado nota e ir ver a situação.----------

--- Interveio o Sr. Rodrigues de Almeida que se congratulou com a Reunião Descentralizada em Aveiras de Cima, e perguntou se a Divisão de Urbanismo conseguira contornar a burocracia associada à alteração dos lotes para números de polícia. Perguntou ainda se havia algum desenvolvimento para a construção da Variante de Aveiras de Cima, ~~e se havia algum projeto que cofinanciasse o Projeto.~~ ---------

--- Em resposta o Senhor Presidente disse que se andava eternamente a falar no mesmo assunto, que na reunião anterior o convidara para uma reunião para ser esclarecida a questão do diferendo entre número de polícia e lote que o Senhor Almeida recusara e que não entendia a constante intervenção do Senhor Almeida sempre a falar no mesmo assunto sem acatar as instruções técnicas que o Urbanismo lhe facultava a que o Sr. Almeida disse que não deveria ser ele e sim a Câmara a resolver o assunto , até porque a ele o que incomodava era o facto de por serem muito idênticos o correio continuava a colocar correspondência do lote cinco no número cinco que era seu, disse quinda que a maior parte dos lotes estavam desabitados, e os que estavam habitados o número que lá constava não era o correto, em resposta o Senhor Presidente leu o ponto três do ofício 58 do Urbanismo enviado ao Senhor Almeida. Relativamente ao Plano de Pormenor da Zona Nascente de Aveiras de Cima disse que já fora entregue e fora solicitado aos Promotores que se pronunciassem sobre a RAN e a REN. ----------

---- Interveio O Sr. Justino de Oliveira que à semelhança do que já dissera em outras sessões colocou a questão do cemitério de Aveiras de Cima das conversações com o proprietário do terreno e dos covais livres perguntando qual a previsão para o alargamento do mesmo e que relativamente a Aveiras de Cima ser a única freguesia do Concelho que não dispunha de ensino pré – primário público, referiu que o novo Centro Escolar o previa e haver correntes de opinião que defendiam tal não ser necessário dada a existência de pré primário particular, disse ser sua opinião que o Centro Paroquial trabalhava de facto bem mas que era pago e que nem todas as famílias estariam em condições de poder pagar, pelo que era seu entendimento ser necessário. Continuando a sua intervenção o Senhor Justino Oliveira disse relativamente ao Parque Urbano de Aveiras de Cima que o anterior Presidente se deslocara à Junta de Freguesia e lhe entregara uma série de esboços e não cópia do projeto como teria solicitado pelo que afirmava que nunca fora intenção do anterior executivo a sua construção, lamentou que a Freguesia de Aveiras de Cima tivesse quase cinco mil habitantes e que as crianças não tivessem espaços para brincar. Quanto à tarifa de saneamento de esgotos e na sequência da intervenção do Sr. Daniel Claro, a quem deu os parabéns pela intervenção, referiu que ainda não tinha tido reposta à questão que vinha a colocar acerca da cobrança de tarifa dado não existir rede separativa na sua rua. Mudando de assunto o Senhor referiu o mau estado em que se encontravam os oleões, sujos e a servir de caixote de lixo e disse que o melhor seria retirá-los, perguntou acerca do saneamento da Rua do Carril qual o resultado da Reunião que o Sr. Presidente tivera com a Câmara do Cartaxo e em relação à construção da Variante de Aveiras de Cima perguntou qual o interesse dos promotores e qual a atividade prevista para aquele terreno. ----------

--- Em resposta o Senhor Presidente propôs fazer uma reunião com o Sr. Presidente da Junta e os munícipes interessados, em que traria o Processo associado à Variante para ser analisado e discutido, quanto aos oleões explicou que terminara o contrato com a anterior empresa e que já estava a ser contratada uma nova empresa, relativamente ao Parque Urbano disse não haver verbas para a sua construção, quanto ao Centro Escolar que ia ser feita uma reunião com o diretor do agrupamento e a comissão de pais para se ver da hipótese de se alterar o projeto por um menor que respondesse às reais necessidades, uma vez que o projeto existente era megalómano e dadas as dificuldades financeiras existentes não seria possível a sua construção em tais moldes. Quanto ao alargamento do cemitério o Sr. Presidente referiu que na ultima reunião dissera que estavam a ver da hipótese de aumentá-lo aproveitando um pequeno espaço disponível no mesmo, após o que falaria com o dono do terreno e que ainda o não fizera pois falecera há pouco tempo a esposa do Senhor e aguardou mais uns dias para poder falar com ele. Para responder à questão do pré – primário solicitou à Senhora Vereadora João Canilho que o fizesse ao que esta explicou que uma vez que o Centro Paroquial de Aveiras de Cima fazia parte da Rede Escolar os utentes não pagavam a componente educativa que era gratuita, pagando apenas a componente familiar. ----------

---- Para responder à questão da rede separativa interveio o Senhor Vice – Presidente que referiu que o serviço fora encaminhado para a ETAR e tal como todos os serviços encaminhados para a ETAR tinha

que ser pago, ao que o Sr. Justino referiu que o ex Presidente sempre dissera que onde não houvesse rede separativa não havia lugar a pagamento e que de repente estava tudo taxado e ninguém tinha conhecimento de nada pelo que pediu explicações, perguntou ainda se as águas pluviais também estavam a ser tratadas na ETAR, ao que o Senhor Vice – Presidente explicou que na Rua do Senhor Justino, assim como noutras, não houvera lugar a cobrança de taxa de tarifa enquanto não se procedera ao encaminhamento das águas para a ETAR e que a partir do momento em que as aguas residuais passaram a ser encaminhadas para a ETAR passaram a ser taxados, disse ainda não haver oneração nenhuma para os munícipes pela aguas pluviais encaminhadas para as ETAR e que estava a ser desenvolvido um projeto com a Câmara de Torres Vedras, para separar as aguas pluviais das aguas residuais a que o Sr. Justino disse que quando chovia as tampas saltavam porque os esgotos não tinham capacidade para o caudal de águas .----------

--- Interveio o Senhor José Luís Lavado que perguntou acerca da limpeza da ribeira da Guarita até Aveiras de Cima e se era verdade que documento emanado da ERSAR chegara primeiro às Adaz do que à Câmara, a que o Sr. Presidente disse ter recebido duas recomendações do ERSAR. Quanto à limpeza da Ribeira o Senhor Presidente disse ser um processo complicado e que iria ver o que se poderia fazer. -----

--- Interveio o Senhor Couceiro que perguntou ao Sr. Vice-Presidente qual o critério de contabilização para a água que entrava na ETAR a que este respondeu haver um medidor de caudais à entrada da ETAR, caudais esses que a Ad'O cobrava à Adaz, ao que o Senhor Couceiro indagou se os munícipes pagavam as águas pluviais e o Senhor Vice- Presidente referiu mais uma vez que o Processo não era oneroso para os munícipes, que a estes só era cobrado um valor fixo 1 euro e tal de tarifa fixa mais 37% em função do consumo de água . ----------

--- Interveio o Senhor Marcelo Oliveira que disse que fizera parte da Assembleia de freguesia no anterior mandato e que sempre lamentara que Aveiras de Cima fosse a única Freguesia que não dispunha de um parque infantil, disse que percebia não haver verbas para a construção de um Parque Urbano mas poder-se-ia ponderar a construção de um Parque Infantil , onde as crianças pudessem brincar e que impedisse a desertificação dos casais mais jovens. Em resposta o Senhor Presidente disse ter registado a intervenção.----------

--- Interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aveiras de Cima que referiu que a única vez que o parque fora reparado fora a Junta de Freguesia que o fizera e que a Assembleia de Freguesia tinha um projeto para apresentar à Câmara , perguntou quando é que estariam a funcionar os semáforos em Aveiras de Cima a que o Sr. Presidente respondeu que os munícipes tinham reclamado do tempo que passavam nas ruelas à espera que o semáforo ficasse verde pelo que tinham sido desligados, quanto aos limitadores de velocidade iria ver da possibilidade de os ligar.----------

--- Interveio o Sr. António José Rodrigues que acerca da questão das aguas residuais terem o mesmo tratamento que as pluviais disse que o Sr. Vice- Presidente explicara muito bem o funcionamento da medição nas ETAR mas considerou que ao contrário do que este dissera o processo era oneroso para os munícipes, considerou até que se os munícipes pagariam o dobro, disse que em algumas zonas de Manique do Intendente também não havia separativos, que a Câmara exigia quando da construção de moradias que se fizessem separadores de águas nas residências, e que pelas palavras do Sr. Vice – Presidente poder-se-ia entender que tal não era necessário, contudo reiterou a ideia de que merecia a pena separar, uma vez que as pluviais não precisavam de ser tratadas o que tornava o processo menos oneroso. ----------

--- Interveio o Sr. Joaquim Varino que disse haver na Maçussa uma estrada que fora alcatroada há pouco tempo mas que cujas bermas estavam a necessitar de limpeza, a que o Sr. Presidente referiu estar a elaborar um Protocolo com a Junta da União das Freguesias e a Junta de Alcoentre de cedência de um trator que permitiria que as Juntas pudessem proceder à limpeza de bermas. ----------

--- Interveio o Sr. Paulo Vasco que referiu que o Concelho de Azambuja estava a servir de lixeira para diversas empresas não sediadas no concelho, fez referencia a uma lixeira de despojos de frigoríficos na freguesia de Aveiras, junto à CLC, e em Casais de Britos perto do restaurante Jorge da Música, considerou ser urgente fiscalizar tais situações e que já falara com o Sr. Presidente que disse que ia mandar ver. Perguntou ainda se os parques infantis do concelho estavam em conformidade com a legislação em vigor.----------

--- Em resposta o Senhor Presidente disse que já incumbira o Sr. Vice – Presidente de acompanhar o assunto e que este já lá se deslocara com a GNR e o SEPNA e que relativamente aos parques infantis

estes não estavam de acordo com a legislação em vigor, motivo pelo qual alguns, como era o caso do jardim infantil do jardim urbano de Azambuja, se encontravam encerrados ----------

--- INTERVENÇÕES DO PRESIDENTE E VEREADORES ----------

---Interveio a Senhora Vereadora Isabel Franco que disse ir coloca três questões, referindo-se a primeira à confeção da alimentação servida no Agrupamento de Escolas Vale Aveiras, perguntou onde era confecionada a comida, quem era a empresa responsável e se no próximo ano letivo seria a mesma, justificou as questões colocadas com o facto de aos meninos do 1º ciclo ser muita vez servido feijão-frade, que apesar de fazer parte da dieta mediterrânica as crianças normalmente não gostavam, resultando que os que não levavam lanche ficavam com fome. Continuando a sua intervenção a Sra. Vereadora perguntou para quando o Parque Escolar, referiu que contrariamente ao que o Presidente dissera acerca não necessidade da sua Construção, havia muitas crianças em Aveiras de Cima e era urgente a sua construção a escola existente já não respondia às necessidades da população, disse ser esta a sua opinião e a da CPFNT, que estava na altura da Câmara retirar os quinze por cento do Orçamento para investir na construção do mesmo, pois fazia muito mais falta que um Jardim Infantil ou mesmo um Parque Urbano, para finalizar perguntou se já estavam feitas as negociações para a compra do terreno do Campo de Futebol e quanto é que iria custar.----------

--- Em resposta o Senhor Presidente mostrou surpresa pelo que tinha sido dito acerca do entendimento da CPFNT e da urgência da construção do Parque Escolar, pois havia pouco tempo tinha falado com o Vereador António Jorge Lopes, o Sr. Manuel Couceiro e a Vereadora Maria João sobre o assunto e o que tinham concluído era da realização de um estudo para averiguar as reais necessidades da população estudantil e uma sondagem entre a própria população, disse que já tinha tido inclusivamente uma reunião com o Diretora da Escola e referiu nunca ter dito que não havia necessidade em Aveiras de Cima de um Centro Escolar, mas sim de um Centro Escolar de tão grandes dimensões, quanto ao problema da alimentação referida explicou que a empresa que forneceria as refeições tinha sido contratada através de concurso elaborado pela CIMLT, que as refeições vinham em embalagem individual e que no decorrer da semana havia uma reunião agendada na CIMLT pelo que alertaria para as questões levantadas pela Sra. Vereadora. ----------

---Quanto ao terreno do Aveiras de Cima Sport Clube referiu já tinha conseguido falar com a Senhora D. Olga Pinto, dona do terreno em questão que lhe tinha garantido que nunca seria tirado o aluguer ao Aveiras Sport Clube, que doara o terreno à Voz do Operário com quem já tivera várias reuniões e era condição que o terreno não fosse vendido, tinha também falado com o Sr. Presidente do Clube, e que o único problema existente era o atraso do pagamento da renda do mês de Maio teria e que lhe tinha sido dito que os atrasos na renda eram motivados pela Câmara, ao que o Senhor Presidente disse não haver qualquer compromisso da parte desta para apoiar tal pagamento. Continuando a Senhora D. Olga disse que já falara também com o Sr. Presidente da Junta de Aveiras e que a Câmara e o Aveiras de Cima Sport Clube poderiam estar descansados que não pensava tirar o aluguer. Disse o Sr. Presidente que tinha conversado com a Senhora que estaria a pensar colocar uma placa com o nome no campo, ao que esta solicitou que a placa ostentasse o nome "Maria de Oliveira Gomes", sua avó. ----------

--- Interveio o Senhor Vereadora Maria João Canilho que em complemento ao que a Vereadora Isabel dissera relativamente ao Parque Escolar disse ser de distinguir as necessidades do Parque Escolar de Aveiras de Cima e do Centro Escolar em Aveiras de Cima, referiu que a Coligação defendia a importância de ser realizado um estudo efetivo, disse que era sabido não haver verbas mas que as poucas que havia teriam de ser bem geridas pelo que se tornava imperativo ver o que era ou não necessário. Continuando a sua intervenção a Senhora Vereadora disse que esperava que lhe fosse entregue resposta às questões colocadas na reunião anterior e as que fizera em requerimento por mail dirigido ao Senhor Presidente tendo este respondido que no dia seguinte lhas facultaria.----------

--- Continuando a sua intervenção a Senhora Vereadora apresentou os parabéns a uma atleta do Concelho, Alexandra Rocha que se sagrara vice-campeã em taekwondo na categoria de Sub -21 estando por isso também de parabéns o Grupo Desportivo de Azambuja. De seguida perguntou o nome da empresa que graciosamente fizera a intervenção no Pavilhão Municipal tendo-lhe suscitado a dúvida se a aceitação de mão de obra era possível sem vir a Sessão de Câmara , ao que o Sr. Presidente disse ser diferente a questão da oferta de bens e a situação do Pavilhão em que fora a Câmara que pedira a uma empresa que emprestasse o Andaime.

---- Continuando a Senhora Vereadora perguntou em relação ao Protocolo a estabelecer com a Sta. Casa da Misericórdia e a Escola em que moldes se estava ao que o Senhor Presidente disse esta a tentar a abertura das piscinas com agua fria ainda neste verão, que no dia seguinte haveria uma reunião com os técnicos para averiguar o que era necessário para permitir que as pessoas tivessem um espaço de lazer disponível nessa altura, disse ainda que o processo da parceria estava a andar paralelamente a este, que eram situações distintas e que o Polo de Formação dependia do Projeto da Parceria tendo o Professor José Manuel conhecimento desta situação. No seguimento da intervenção a Sra. Vereadora perguntou se se previa alguma reunião extraordinária de Câmara e de Assembleia dizendo que a questão se prendia com os Acordos com as Juntas de Freguesia, lembrou que o prazo já acabara a que o Sr. Presidente disse que não tinha ainda datas definidas pois ainda não acabara as reuniões com todas as Juntas. Relativamente às transferências de verbas o Senhor Presidente disse que as Juntas as iriam receber. Continuando a Sra. Vereadora referiu que o Agrupamento de Escuteiros de Aveiras de Cima pedira apoio para a aquisição de dez tendas e que ainda não recebera qualquer resposta, a que o Sr. Presidente respondeu que falara com o chefe dos escuteiros de Av. Cima, estava a ver da possibilidade de poder atribuir um subsídio para a aquisição de cinco tendas mas que as disponibilidades financeiras não lhe permitiam trazer o Proposta à Câmara fazer com a celeridade que gostaria. ----------

---Interveio o Senhor Vereador Amaral para informar da realização de uma Mercearia ao abrigo da Feira de Maio que seria uma mostra de produtos do concelho, vinhos, queijos, bolos, mel e cerveja artesanal dizendo que a iniciativa era articulada com a ACISMA e Sta. Casa da Misericórdia de Azambuja que disponibilizara o espaço, disse ainda o Senhor Vereador que se esperavam cerca de 30.000 pessoas para esta edição da Feira de Maio e que à semelhança das anteriores esperava que viesse a ser um sucesso. Continuando, o Sr. Vereador agradeceu a colaboração da Junta de Freguesia de Aveiras de Cima, na parceria estabelecida para trazer a Orquestra Metropolitana de Sopros que tinha sido também um sucesso. ----------

---Interveio o Senhor Presidente para fazer um agradecimento especial à junta de Freguesia de Aveiras de Cima, Presidente e funcionários à Associação de Produtores, à população em Geral assim como aos funcionários da Câmara que colaboraram na realização de mais uma edição da AVINHO 2014, disse que tinha sido feito um balanço da edição de 2014 que se revelara um sucesso, quanto à Cerveja Bolina disse já ter tido oportunidade de visitar as instalações e de a provar, que gostara que era suave e leve, disse que a produção passava por um processo de fermentação de cerca de mês e meio e aproveitou para apresentar o convite feito pela empresa aos restantes vereadores e ao representante de cada um dos Grupos representados em Assembleia Municipal para visitar as instalações. ----------

---------- **APROVAÇÃO DE ATAS** ----------

--- A ata da reunião extraordinária realizada no dia 22 de abril de 2014 foi aprovada com seis votos a favor e uma abstenção da Sra. Vereadora Isabel Franco. ----------

--- A ata da reunião ordinária realizada no dia 29 de abril de 2014 foi aprovada com seis votos a favor e uma abstenção da Sra. Vereadora Isabel Franco. ----------

----------ORDEM DO DIA ----------

---PROPOSTAS: ----------

---1- Proposta Nº 39/P/2014 - Privatização da EGF / VALORSUL ----------

---- O Sr. Presidente, apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: ----------

---*"Considerando que:*----------

--- No passado dia 30 de janeiro do corrente ano, o Conselho de Ministros aprovou o processo de privatização da Empresa Geral do Fomento, SA (EGF); ----------

---A Empresa Geral do Fomento (EGF) é uma empresa pública de capitais exclusivamente pertencentes ao Estado Português, sendo a sociedade gestora de participações sociais de um conjunto de empresas participadas que são responsáveis por assegurar o tratamento e valorização dos resíduos; ----------

--- Nestas empresas, num total de 11 empresas concessionadas, a que pertence a Valorsul, todas constituídas em parceria com 174 municípios, são processados, anualmente, 3,7 milhões de toneladas de resíduos sólidos, servindo cerca de 60 % da população de Portugal, correspondente a 6,4 milhões de habitantes; ----------

---A Valorsul foi constituída em 1994, através do Dec-Lei nº 297/94, de 21 de novembro, sendo em 2010 alargada a sua área de intervenção com a integração dos concelhos da região oeste, constituindo-se a

Valorsul – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, SA, com os acionistas:----------
--- Empresa Geral do Fomento, SA – 56,17 %----------
--- Câmara Municipal de Lisboa – 17,85 % ----------
--- Câmara Municipal de Loures – 11,51 %----------
--- Associação de Fins Específicos AMO MAIS – 5,25 %, a que o Município de Azambuja pertence
--- Câmara Municipal de Vila Franca de Xira – 4,61 % ----------
--- Câmara Municipal de Amadora – 4,61 %. ----------
--- A Valorsul gere o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos, sendo-lhe atribuída a concessão da exploração e gestão do sistema em regime de exclusividade, sendo os municípios, simultaneamente, acionistas, clientes e fornecedores da matéria-prima para a atividade económica e empresarial da Valorsul, por consequência da EGF;----------
--- A Valorsul pauta-se por ser uma empresa de excelência, sustentável e socialmente responsável, com resultados financeiros positivos, fechando as suas contas de 2012 com lucros significativos;----------
--- A intenção de privatização da EGF, processo condenável, assim como todos os contornos da mesma operação não foram objeto de qualquer discussão com os municípios acionistas, nomeadamente com a Associação de Fins Específicos AMO MAIS; ----------
--- Todo o processo de privatização não contempla qualquer possibilidade de negociação com os municípios acionistas em exercerem o seu direito de compra de ações detidas pela EGF, conforme contempla o Código dos Contratos Públicos;----------
--- A privatização da EGF tem consequências diretas e indiretas para a qualidade do serviço, para o aumento do sistema tarifário pago pelas populações servidas pelo sistema, assim como a possibilidade de diminuição de postos de trabalho e impactes ambientais; ----------
--- No caso da Valorsul, será óbvio que a empresa ganhadora da privatização quererá ainda rentabilizar mais o sistema não estando interessada no aumento dos produtos a reciclar mas no envio dos mesmos para a incineração; ----------
--- Todos os municípios acionistas e utilizadores da Valorsul contestaram a decisão de privatização de 100 % da EGF, da qual a Valorsul faz parte, condenando a opção do governo e solicitaram ao Sr. Presidente da República que vetasse a legislação relacionada com este tema e aprovada em Conselho de Ministros; ----------
--- Com base nos considerandos expostos, a Câmara Municipal de Azambuja delibera: ----------
--- 1.Pronunciar-se sumariamente contra o processo de privatização da Empresa Geral do Fomento, obrigando à privatização da maioria do capital da Valorsul; ----------
--- 2.Considerar injustificável a atuação do Governo para com os municípios acionistas, clientes e fornecedores da Valorsul e, em particular a Associação de Fins Específicos AMO MAIS; ----------
--- 3.Apoiar todas as posições tomadas ou a tomar pela Associação de Fins Específicos AMO MAIS e pelo Conselho Metropolitano de Lisboa contra a privatização da Valorsul; ----------
--- 4.Enviar cópia desta proposta à Associação de Fins Específicos AMO MAIS, ao Conselho Metropolitano de Lisboa, Ministério do Ambiente, Grupos Parlamentares da Assembleia da República e Presidente da República."----------
---- Interveio a Senhora Vereadora Maria João Canilho que disse quem sem prejuízo de a CPFNT votar favoravelmente a Proposta, disse ser importante referir que não concordavam com os moldes em que estava a ser tratada a privatização porque os municípios não podiam comprar ações e violava os princípios comunitários da livre concorrência.----------

--- Uma vez posta a votação a Proposta nº 39/P/2014 foi aprovada por unanimidade.----------
---2. Proposta Nº 40/P/2014 – Autorização para realização de trabalho extraordinário a realizar no âmbito da Feira de Maio ----------
--- O Sr. Presidente, apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: ----------

---" *Considerando que para a realização da Feira de Maio de 2014, designadamente para a montagem e desmontagem da mesma, torna-se necessário que colaboradores de alguns sectores de atividade realizem trabalho extraordinário no período compreendido entre Abril e Junho do corrente ano;*----------
--- *Considerando que os trabalhos de montagem e desmontagem da mencionada Feira poderão exceder os limites de duração de trabalho extraordinário previstos no n.º 1 do artigo 161.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, que aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas;*----------
--- *Considerando que a organização do evento - Feira de Maio -, não se compadece com os limites de duração do trabalho extraordinário legalmente estabelecido no normativo supra referido, e por que a mesma se trata uma circunstância excecional e delimitada no tempo.*----------
--- *Proponho:*----------
--- *Que a Câmara Municipal de Azambuja, ao abrigo do disposto na al) b) do n.º 2 do artigo 161.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, delibere autorizar o pagamento do trabalho extraordinário realizado no âmbito da Feira de Maio de 2014 que exceda os limites de duração previstos no n.º 1 da citada norma, até ao limite remuneratório de 60% da remuneração base de cada trabalhador."*----------
--- Uma vez posta a votação a Proposta nº 40/P/2014 foi aprovada por unanimidade.----------
--- **3.- Proposta Nº43 /P/2014 – Concurso Público Nº 02/2014/CCE para Aquisição de Serviços de Manutenção de Instalações de Elevação – Central de Compras Eletrónicas da CIMLT** ----------
---- O Sr. Presidente, apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: ----------
--- " *Tendo em conta o teor da Informação 05/DAF/14, datada de 30/04/2014 e no exercício de competência própria conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, propõe-se, com fundamento na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 252.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), que se proceda à abertura de procedimento de concurso público, com publicação de anúncio no JOUE, com vista à celebração de acordo quadro para a "Aquisição de Serviços de Manutenção de Instalações de Elevação".*
--- *Estabelece-se como preço base, para efeitos do procedimento de concurso público a realizar, o montante de 2.880,00 €, valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, a satisfazer pelas dotações e valores de realização financeira, abaixo mencionados.* ----------

			ANOS				
Instalaço	*PLANO*	*RUBRICA*	*2014*	*2015*	*2016*	*2017*	*TOTAL*
Centro Escolar Boavida Canada	*06.01.01.00*	*03/02.02.19*	*160 €*	*480,€*	*480,€*	*320,0€*	*1.440,€*
Centro Cultural Grandela	*07.01.02.03*		*160,€*	*480,€*	*480,0€*	*320,0€*	*1.440,€*
			TOTAL				*2.880,€*

---*Para tanto, propõe-se que o Município de Azambuja apresente junto da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo um pedido de contratação, nos termos e para os efeitos previstos na Cláusula 3.ª do Contrato de Mandato Administrativo celebrado entre o Município e a CIMLT em 28/09/2011, no sentido de que a Central de Compras Eletrónicas da CIMLT proceda, em sua representação, à tramitação do concurso público necessário e à celebração do mencionado acordo quadro.* ----------
--- *Para a condução do procedimento propõe-se a delegação de competências no júri do procedimento, conforme ponto n.º 5 da referida Informação.*----------
--- *Propõe-se que o Município delegue no Conselho Intermunicipal da CIMLT as competências referidas no ponto 6.º da Informação apresentada, do mesmo modo que delega no Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT as competências para proceder à outorga do acordo quadro, em nome e em representação do Município.*----------
--- *Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, autoriza-se o Conselho Intermunicipal da CIMLT a subdelegar no seu Presidente as competências para designar o júri do procedimento, proferir decisão de adjudicação, para aprovar a minuta do acordo quadro e para decidir quanto às reclamações dessa mesma minuta.--- Propõe-se,*

igualmente, a aprovação das peças de procedimento apresentadas."--- Uma vez posta a votação a Proposta nº43/P/2014 foi aprovada por unanimidade. ----------

--- 4 – Realização de Estágios:----------

---4.1- Proposta Nº42/P/2014 - Engenharia Civil----------

---A Proposta nº 42 /P/2014 foi retirada.----------

---4.2 - Proposta Nº41 /P/2014 – Comunicação, Marketing e Relações Públicas/ Escola Profissional de Vale do Tejo ----------

---O Senhor Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:----------

--*"Considerando:* ----------

--- O pedido apresentado pela Escola Profissional do Vale do Tejo para a realização de um estágio na área de Comunicação, Marketing e Relações Públicas; ----------

--- Que a pretensão para início do estágio é Maio de 2014, num total de 420 horas;----------

--- Que a aluna em causa está abrangida por um seguro escolar. ----------

--- Proponho: ----------

--- Que a Camara delibere aprovar a realização do referido estágio, na área de Comunicação, Marketing e Relações Públicas, no âmbito do protocolo em anexo. ----------

---PROTOCOLO DE ESTÁGIO ----------

--- O presente protocolo é estabelecido entre a Escola Profissional do Vale do Tejo, S.A. que passa a ser designado como primeiro outorgante e a Câmara Municipal de Azambuja, a ser designada como segundo outorgante. ----------

--- Os autores acordam o seguinte: ----------

--- Artigo 1º - Objetivos do estágio ----------

---a) permitir ao aluno o contacto com a realidade do mundo do trabalho favorecendo o desenvolvimento do seu sentido de responsabilidade e a sua formação pessoal, social e profissional;------

---b) Possibilitar ao aluno o aprofundamento da sua preparação técnica. ----------

--- Artigo 2º ----------

O segundo outorgante aceita admitir na qualidade de estagiário o estudante: ----------

---Nome: Maria Rita da Conceição Laranjeira ----------

--- Data de Nascimento: 07/12/1995 Cartão de Cidadão nº 14303000 0 ZZ63 ----------

---Data de Validade: 02/10/2019 ----------

---Morada: Rua Engª. José Duarte Ferreira, Casais do Regedor lt 8 2050-362 Azambuja ----------

--- Artigo 3º - Lugar de Formação ----------

---A formação em contexto de trabalho decorrerá nas instalações do segundo outorgante. ----------

--- Artigo 4º - Duração ----------

---a) O período de formação em contexto de Trabalho inicia durante o mês de maio de 2014 e com a duração de 420h.----------

---b) A formação em contexto de trabalho deverá ser feita de acordo com o horário dev trabalho em vigor na empresa: 8 horas diárias, cinco dias por semana. ----------

---c) Sempre que se considere necessária a presença do aluno na escola, esta poderá fazê-lo através de convocatória, e com aviso ao Orientador da empresa no prazo mínimo de 48 horas.

--- Artigo5º - Deveres dos Orientadores e do Estagiário----------

---1. a) A Câmara Municipal de Azambuja, designa na qualidade de responsável da formação em contexto de trabalho o Sr. Jorge Blanco, Do Departamento de Informação e Comunicação.

---b) O responsável pelo estagiário da Empresa deverá: ----------

--- Integrar o Estagiário na realidade específica da profissão de modo a favorecer a concretização dos objetivos expressos no artº 1º do presente protocolo.----------

---Coordenar, em conjunto com o professor acompanhante, as atividades que o aluno deve experimentar durante o estágio; ----------

--- Informar o professor acompanhante de eventuais problemas surgidos no decorrer do estágio e a estes referentes; ----------

--- Dar parecer sobre a atividade desenvolvida pelo aluno através de um relatório, elaborado especificamente para o efeito. ----------

---2. A Direção da escola indica a professora Ana Carvalhal como acompanhante da Formação.

---a) São funções do professor acompanhante:----------

--- Colaborar na Coordenação e acompanhamento das atividades que o aluno deve desenvolver durante o estágio, ----------
--- Elaborar um relatório informativo das atividades que o aluno deve desenvolver durante o estágio;-----
---Elaborar um relatório informativo das atividades desenvolvidas pelo aluno no estágio. ----------
---3- São obrigações assumidas pelo estagiário:----------
---a) Desempenhar as funções definidas no presente protocolo;----------
--- b) Respeitar os horários de trabalho definidos, não sendo permitido faltas injustificadas;
---c) Respeitar as regras internas de funcionamento da Empresa; ----------
---d) Apresentar um relatório critico da atividade por si realizada durante o Estágio;----------
---e) Respeitar o sigilo Profissional.----------
---Artigo 6º - Seguro ----------
--- O estagiário encontra-se abrangido pelo seguro de atividade escolar ao abrigo da Portaria nº 413/99 de 8 de Junho. ----------
---Artigo 7º -Apreciação ----------
--- O trabalho desenvolvido pelo estagiário será objeto de apreciação por parte do responsável pelo seu acompanhamento na empresa. ----------
---Artigo 8º - Rescisão de Contrato ----------
--- a) A empresa ou a escola poderão rescindir, unilateralmente, este contrato desde que o desempenho do aluno se lesivo para o funcionamento normal da empresa ou seja considerado, pela escola pedagogicamente desaconselhado; ----------
---b) O abandono pela aluno do estágio implica que este deve assumir toda a responsabilidade pelos efeitos da sua atitude a menos que esta seja plenamente justificada. ----------
---Artigo 9º - Faltas ----------
---O aluno deve apresentar justificação no prazo de 48 horas à empresa, local de estágio e à escola. ------
---Artigo 10º - Remuneração ----------
--- O presente protocolo não obriga a qualquer remuneração, a não ser a referente a eventuais subsídios que a empresa entenda conceder." ----------
--- Uma vez posta a votação a Proposta nº41/P/2014 foi aprovada por unanimidade. ----------
---5- Proposta Nº6 /VP/2014 – Cedência de Mão – de – Obra ao G.D.A. ----------
---O Senhor Vice - Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:----------
--"Considerando que ----------
*--- O **Grupo Desportivo de Azambuja** solicitou apoio à Câmara para a cedência de mão-de-obra, com vista a reparação de uma carrinha propriedade da Associação;----------*
--- O Município pode afetar meios humanos para a realização dos trabalhos de reparação solicitados, desde que, exista disponibilidade de meios e conveniência de serviço por parte dos serviços Municipais;--
--- O GDA assume todas as despesas com a aquisição do material necessário para a reparação da viatura;----------
--- Compete ao Município deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes;----------
--- Proponho: ----------
--- Que a Câmara delibere aprovar a Cedência de mão-de-obra para a realização dos trabalhos de reparação de uma viatura do GDA. ----------
--- Interveio a Sra. Vereadora Maria João *referindo que achava importante fazer a todas as instituições que poderiam dentro da disponibilidade da Câmara, solicitar este tipo de apoio* ~~fazer chegar a todas as instituições~~ a informação
--- Uma vez posta a votação a Proposta nº6/VP/2014 foi aprovada por unanimidade. ----------
---6- Proposta Nº7 /VP/2014 – Adesão à AMEGA----------
---O Senhor Vice - Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:----------
--"Considerando que: ----------
--- a Associação de Municípios para estudos e gestão da água (AMEGA) tem como principal objeto o estudo de questões relacionadas com a distribuição domiciliária de água, coleta e tratamento de águas residuais e o fomento da cooperação entre os associados em matéria de politica da água;----------
--- a competência da Assembleia Municipal autorizar o Município a integrar-se em Associações de Municípios de fins específicos nos termos da al.1 n.1 do art.25 da lei 75 de 12 Setembro de 2013; ----------

--- *O Município considera fundamental a integração na AMEGA, tendo em conta a necessária coesão dos Municípios na política da água.* ----------
--- *O custo pela adesão á AMEGA tem cabimento na rubrica 02/04050104 – 130101*----------
--- *Proponho:* ----------
--- *Que a Câmara delibere propor à Assembleia Municipal que autorize o Município de Azambuja a integrar a AMEGA.* ----------
--- Uma vez posta a votação a Proposta nº7/VP/2014 foi aprovada por unanimidade. ----------
---7. INFORMAÇÕES ----------
---7.1. Departamento de Administração e Finanças – Divisão Financeira – Contabilidade – Resumo da Execução Orçamental - *Período de 1/1/2014 a 6/5/2014* ----------
--- A Câmara tomou conhecimento. ----------
---7.2. Departamento de Administração e Finanças – Divisão Financeira – Aprovisionamento--- *Adjudicações de Bens e Serviços de valor ≥ 25.000 Euros – Período de 28/4/2014 a 8/5/2014*--- A Câmara tomou conhecimento. ----------
---7.3.Departamento de Administração e Finanças – Divisão Financeira – Aprovisionamento- *Adjudicações de Bens e Serviços ao abrigo do Art.73º da LOE – Proposta 12/P/2014- Período de 11/4/2014 a 8/5/2014.* ----------
--- A Câmara tomou conhecimento. ----------
---7.4.Divisão de Urbanismo – Despacho do mês de abril. ----------
--- A Câmara tomou conhecimento. ----------
---7.5. Gabinete de Apoio ao Presidente – Despacho 16/P/2014. ----------
--- A Câmara tomou conhecimento. ----------
---7.6. Gabinete de Apoio ao Presidente – Relatório Final IGF (2013). ----------
--- A Câmara tomou conhecimento. ----------
---7.7. Gabinete de Apoio ao Presidente – Relatório das Atividades de Enriquecimento Curricular – 1º e 2º períodos -2013/2014. ----------
--- A Câmara tomou conhecimento. ----------
--- **ENCERRAMENTO** ----------
--- Eram vinte horas e quarenta minutos quando o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião.
--- Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente e pela Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro, sob cuja responsabilidade foi elaborada.----------